

Ata de Reunião Extraordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Piauí, realizada em 15 de abril de 2010.

Aos quinze dias do mês de abril do ano dois mil e dez às 10:00 horas, na sala de reunião do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Piauí, localizada à Rua Álvaro Mendes, número 2294, centro, nesta capital, foi realizada reunião extraordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Piauí, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Augusto Cezar de Andrade, Procurador Geral de Justiça, com a presença de 14(quatorze) de seus membros, sendo eles: Antonio Ivan e Silva, Antônio Gonçalves Vieira, Alípio de Santana Ribeiro, Antônio de Pádua Ferreira Linhares, Catarina Gadelha Malta de Moura Rufino, Fernando Melo Ferro Gomes, Francisco das Chagas Costa Neves, Hilo de Almeida Sousa, Hosaias Matos de Oliveira, Jeromildo Rodrigues Alves, Norma Alice Cavalcante Barros Rocha, Raimundo Araújo Gomes, Rosângela de Fátima Loureiro Mendes e Teresinha de Jesus Marques. Ausentes os Procuradores de Justiça Ivaneide de Assunção Tavares Rodrigues, Lenir Gomes dos Santos Galvão e Martha Celina de Oliveira Nunes. Seguindo a ordem dos trabalhos determinada pelo artigo 12 do Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça, ocorreu: I- Conferência de quórum e instalação da sessão; leitura da ata da sessão anterior e sua aprovação a unanimidade; leitura do expediente. II- Apreciação do Projeto que dispõe sobre a distribuição das atribuições do Ministério Público Estadual de primeiro grau aos seus diversos órgãos de execução, revoga as disposições da Resolução 01/2010 e dá outras providências. O Presidente dispôs que em 16 de abril do corrente ano entraria em vigor a Resolução nº 03/2010, mas acusou o recebimento de um ofício do Presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Piauí requerendo a dilação do prazo para 90 dias para o exame da Associação, entendendo ser demasiado este prazo, sugere 30 dias por ser suficiente para análise. Antes da votação, o Presidente da Associação pediu palavra pra explicar o “prazo elástico”, dada a grande comoção dos promotores de justiça, e a categoria se mostrar inconformada. O Presidente do Colégio justifica que não é possível tamanho prazo, pois o Conselho Nacional do Ministério Público exigiu providências imediatas. Acordou-se, pois, que seria de 45 dias para o exame da Associação e 60 dias para aprovação no Colégio de Procuradores de Justiça. O Procurador de Justiça Fernando Melo Ferro Gomes pediu a palavra e cumprimentou os

colegas e trouxe ao conhecimento algumas questões sobre encaminhamento dos processos do Tribunal de Justiça para a Procuradoria de Justiça, e quando o Procurador de Justiça toma ciência do mesmo os prazos já tinham expirados para recurso, dado o tempo na Distribuição e requereu que a estrutura da Distribuição fosse otimizada, no que foi aprovado por todos os Procuradores de Justiça presentes, inclusive mais um funcionário no serviço de assessoramento ao Procurador de Justiça Hosaias Matos de Oliveira, que é o responsável pela análise das decisões. Dando seguimento o Presidente do Colégio informou que já determinou a sua Assessoria a elaboração de um formulário padrão para análise da atuação dos colegas Promotores, conforme determinação da Corregedoria e Resolução 02/2008. Em seguida, retornando a palavra ao Procurador de Justiça Fernando sugeriu que o prédio onde funcionará as Promotorias Criminais faça uma homenagem ao Procurador de Justiça José de Oliveira Lins, dando o seu nome ao edifício. Parabenizando a iniciativa, o Colégio aprovou por unanimidade a homenagem, por ser esta justa, frente ao trabalho que foi desempenhado pelo mesmo. Ainda na ocasião o Presidente do Colégio informa e convoca os presentes sobre a Reunião do Planejamento Estratégico que será realizada no dia 16 de abril do corrente ano, no auditório da Universidade Federal, às 8 horas. Nada mais havendo a ser tratado, o Procurador Geral de Justiça agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião. Para constar, eu, Catarina Gadelha Malta de Moura Rufino, Secretária do Colégio de Procuradores de Justiça, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada vai assinada pelos presentes. Teresina, 15 de abril de 2010.